

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

“Ao contrário de outros robôs deste tipo, que costumam ser comportados, o Grok fala palavrões e adora sarcasmo”

Neuralink/Divulgação - Jim Watson/AFP



Musk lança chatbot desbocado

O bilionário Elon Musk aprontou mais uma. No último fim de semana, sua startup xAI lançou, para um grupo selecionado de usuários, o chatbot Grok. Ao contrário de outros robôs deste tipo, que costumam ser comportados, o Grok fala palavrões e adora sarcasmo. Em breve, o produto deverá estar disponível para clientes do serviço X (ex-Twitter) Premium. O surpreendente é que Musk fundou a xAI há apenas três meses, contratando pesquisadores da OpenAI, a empresa por trás do ChatGPT.

No Brasil, empresas são obrigadas a cumprir 5 mil regras tributárias

É um milagre fazer negócios no Brasil. Basta dar uma olhada no cipoal tributário para dimensionar o desafio. Segundo estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), as empresas devem seguir ao menos 5 mil normas; uma montanha de regras que se sobrepõem e confundem os próprios especialistas. Na verdade, toda a sociedade sofre. Desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, o Brasil já editou 500 mil normas tributárias para reger a vida dos cidadãos.

Agronegócio reprova Enem e pede anulação de questões

Algumas das mais importantes entidades do agronegócio brasileiro — como a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) — tomaram, ontem, uma atitude pouco comum: lançaram notas de repúdio que pedem a anulação de questões do Enem que, segundo elas, depreciam o setor. A questão mais polêmica postulou que “no Cerrado, o conhecimento está cada vez mais subordinado à lógica do agronegócio” e citou como fatores negativos “a mecanização pesada e as chuvas de veneno.” A revolta mobilizou nomes importantes do campo. “Para que promover essa desinformação aos nossos jovens? Quem ganha com essas mentiras?”, perguntou Gustavo Spadotti de Castro, chefe-geral da Embrapa Territorial. “Sabe quando o zagueiro de um time dá um chutão para dentro do próprio gol? Foi minha sensação ao ver o Enem”, afirmou Marcos Fava Neves, economista especializado em cadeias produtivas do agronegócio.

SouthRock apresenta sua lista de credores

Conforme determinação da Justiça, a gestora SouthRock, que até pouco tempo atrás controlava a marca Starbucks no Brasil, apresentou sua extensa lista de credores. Entre eles, está a Starbucks Coffee International, com a qual a SouthRock possui um contrato de licenciamento — os valores devidos estão em torno de R\$ 86,1 milhões. Outro credor relevante é o Banco do Brasil, para o qual a gestora deve R\$ 78,9 milhões. No total, as dívidas da SouthRock estão estimadas em R\$ 1,8 bilhão.

Divulga??o



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A reforma tributária é nota 7, 7,5. Mas estamos saindo da nota 2”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

RAPIDINHAS

» Copo meio cheio ou meio vazio? No terceiro trimestre, a companhia aérea Gol teve prejuízo líquido de R\$ 1,3 bilhão, número 16% menor do que o registrado no mesmo período de 2022. Por sua vez, a receita líquida foi de R\$ 4,7 bilhões — é a maior para um terceiro trimestre de sua história.

» Acabou a fatura de crédito concedido pelas fintechs? Segundo estudo feito pela consultoria PwC em parceria com a Associação Brasileira de Crédito Digital, o volume de recursos oferecido por essas empresas cresceu 9% em 2022. É pouco perto do avanço observado nos últimos anos. Em 2021, os desembolsos haviam acelerado 96%.

» A economia das favelas é poderosa. Um levantamento da rede Banco24Horas indicou que, de janeiro a outubro, R\$ 10 bilhões foram movimentados em caixas eletrônicos — volume 17% superior ao transacionado nos demais equipamentos do tipo espalhados pelo país. Segundo a companhia, existem 800 máquinas posicionadas em 250 comunidades brasileiras.

» Os pequenos negócios responderam por 71% dos empregos gerados no Brasil de janeiro até setembro. Segundo dados compilados pelo Sebrae a partir de informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), as micros e pequenas empresas responderam por 1,1 milhão de 1,5 milhão de vagas criadas no período.

US\$ 1,2 BILHÃO

foi quanto os brasileiros gastaram em viagens internacionais em setembro, muito acima dos US\$ 907 milhões desembolsados no mesmo mês de 2022. Os dados são do Banco Central

APAGÃO EM SP

Concessionária investigada

Falta de energia ainda afeta 315 mil imóveis na capital paulista. Governo aumenta pressão sobre a distribuidora Enel

» LUANA PATRIOLINO

O governo federal afirmou que está cobrando providências e explicações da concessionária Enel — responsável pela distribuição de energia elétrica na Grande São Paulo — sobre o apagão que dura quatro dias na região metropolitana da capital paulista. O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), notificou, ontem, a empresa para que disponibilize aos consumidores canais de atendimento e procure ressarcir a população afetada.

Segundo a pasta, a Enel também deverá prestar informações, em até 24 horas, sobre a ampliação desses canais no período de maior demanda e planejamento para enfrentar a situação. A Senacon também ressaltou que todos os prejuízos causados pela falta de energia terão de ser ressarcidos pela companhia e orientou os clientes a procurarem o ministério ou o Procon.

Na sexta-feira da semana passada, após um forte temporal, mais de 2 milhões de clientes da região metropolitana ficaram sem energia. Na noite de ontem, 315 mil imóveis ainda estavam sem luz. O problema atinge a capital de São Paulo e outros 23 municípios. Outra providência que o governo deve tomar é solicitar informações à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre dados e monitoramento da prestação contínua e sobre a eficiência da Enel. A empresa italiana é uma das concessionárias de energia com maior número de multas aplicadas pela agência reguladora por conta de falhas nos serviços.

A Senacon também anunciou a criação de um canal de denúncia para acompanhar o caso. O chefe da secretaria, Wadih Damous, classificou a situação de “inaceitável”. “Isso é uma situação inaceitável. Pessoas com prejuízos materiais, houve mortes, risco à segurança, risco à saúde, por conta da imprevidência de uma empresa”, disse, via redes sociais.

De acordo com o Ministério da Justiça, a concessionária também terá que apresentar um plano de contingência diante de eventos climáticos extremos com detalhamento das ameaças, a resposta imediata ao problema e os prazos de conclusão. A pasta ainda determinou que a Enel defina quais serão os recursos e a equipe envolvida na solução do problema, além de um cronograma de atendimento imediato e a médio prazo.

Investigação e CPI

O Ministério Público de São Paulo informou que pretende abrir, ainda nesta semana, uma investigação contra a Enel. Há suspeita de omissão para o restabelecimento da energia para a região metropolitana de São Paulo. O apagão também fez com que aumentasse a pressão para a abertura de uma CPI na Câmara dos Vereadores do município sobre a atuação da empresa. Desde maio, uma comissão da Assembleia Legislativa investiga a venda da Eletropaulo para a Enel.

Em nota, a concessionária afirmou que “até o momento, cerca de 1,6 milhão de clientes tiveram o serviço normalizado, de um total de cerca de 2,1 milhões afetados na última sexta-feira”. Segundo a empresa,

Rovena Rosa/Agência Brasil



Consumidores residenciais e comerciantes têm direito a indenização pelas perdas causadas pelo blecaute

“técnicos da companhia seguem trabalhando 24 horas por dia para agilizar os atendimentos e restabelecer o serviço para a grande maioria dos clientes até a próxima terça-feira (7), conforme anunciado em reunião com o prefeito de São Paulo”.

Privatização

O apagão de São Paulo reacendeu o debate sobre a privatização de concessionárias de serviços públicos. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos),

que tem a privatização da empresa estadual de saneamento, a Sabesp, como um dos principais itens de seu programa de governo, disse que a estratégia está mantida, e atribuiu o caos na área da energia aos “eventos climáticos extremos” que atingiam a capital paulista e tem se tornando cada vez mais frequentes.

“São Paulo acabou sofrendo com os efeitos da chuva. Isso mostra para a gente que a cidade não está preparada, que o estado como um todo não está preparado para esses eventos

climáticos extremos”, afirmou, após o lançamento de um programa de bolsas de intercâmbio para alunos da rede pública, no Palácio dos Bandeirantes.

Tarcísio, além disso, procurou estabelecer uma diferença entre as privatizações passadas e a que pretende levar a cabo no caso da Sabesp. Ele ressaltou que o contrato de privatização da Sabesp não será um documento “frouxo”. O governador afirmou que os contratos de fornecimento de energia são anti-gos e não previam cláusulas que,

atualmente, seriam exigidas das empresas privatizadas.

“A Sabesp vai continuar sendo prestadora do serviço. O estado continua na Sabesp e com um contrato que vai ter muito claro quais são as obrigações contratuais. Não é um contrato aberto, não é um contrato frouxo. É um contrato muito descritivo em termos de servidões. Então, é um modelo absolutamente diferente desse modelo do setor elétrico”, frisou.

Indenizações

O governo orientou a população a procurar as autoridades para serem ressarcidos pela Enel diante de prejuízos causados pela falta de energia. Segundo especialistas, é necessário que os consumidores se atentem em reunir provas concretas sobre os danos.

“Existe um procedimento imposto por resolução da Aneel, em que cada empresa concessionária de energia deve analisar e ressarcir os prejuízos ocasionados aos consumidores em relação a equipamentos elétricos danificados em razão de apagões. Se for constatado que a falha no fornecimento da energia elétrica resultou em danos nos aparelhos, o consumidor deve ser ressarcido”, destacou o advogado Kristian Rodrigo Pscheidt. O advogado André Sardinha explicou que a indenização deve corresponder ao dano. “É importante que o consumidor ou estabelecimento prejudicado tenha em mãos notas fiscais dos produtos que foram danificados ou deteriorados, de modo a facilitar a quantificação do prejuízo”, destacou.